

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO nº 09/2024

PROCESSO 286/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2023

#### I– EMENTA

Direito administrativo. Pregão Eletrônico. Formação de Registro de Preços. Recurso na fase de habilitação. Serviços de manutenção preventiva e corretiva, inspeção técnica, qualificação térmica, calibração e emissão de laudo técnico e ART de equipamentos médicos/laboratoriais, odontológicos, de audiometria, câmaras de vacinas e usinas de oxigênio com fornecimento de peças, com a finalidade de atendimento das necessidades operacionais do CONIMS e da demanda dos municípios consorciados. Lei 14.133/21.

#### II - DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico relativo a **Recurso Administrativo** interposto por ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS, em face da decisão da Pregoeira que classificou a licitante MAJ LAB - COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA em dois grupos de itens (sendo dois Recursos de igual teor).

No mérito, ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS alega que o preço apresentado pela Licitante melhor classificada e habilitada é inexecutável, sob os seguintes fundamentos:

- a) Pela análise do balanço apresentado, por critérios de “senso comum”, há divergência entre o valor ofertado e o seu custo operacional;
- b) Indícios de não “integridade na condução dos negócios” da vencedora;
- c) O valor indicado para o lote 10 não foi confirmado em proposta posterior, sugerindo que irá cobrar horas excedentes além do efetivamente utilizado.
- d) O custo da hora técnica é incompatível com indicadores de contratos anteriores;
- e) Não apresentação de registro no CREA/SC

Contrarrazões da Recorrida.

É o relatório.

#### III- PARECER

A intenção de recorrer foi manifestada oportunamente, assim como os Recursos apresentados tempestivamente.

Como premissa a análise dos Recursos, observa-se, que, nos pontos indicados (C e E), a aferição da regularidade dos **documentos** apresentados, **tal como exigido no Edital**, é de incumbência do Pregoeiro e equipe de apoio, medida que condiciona o acolhimento, ou não, do presente recurso.

Assim, nesse ponto, deve ser atendida essa premissa, inclusive com o devido esclarecimento/comprovação da regularidade da inscrição perante os órgãos de classe indicados no Edital e apresentação de proposta para todos os itens.

A discussão que cabe a essa assessoria jurídica é quanto à exequibilidade da proposta, na forma da fundamentação e também de ofício.

A formação do preço da proponente é questão afeta ao seu negócio e, desde que observe os condicionantes legais, não há como o poder público impor ao particular que funcione com maior ou menor margem de lucro, sob pena de criar restrições ao caráter competitivo da licitação e intervir no mercado.

É certo, por outro lado, que a composição dos custos do Licitante importa para fins de análise e manutenção do equilíbrio econômico financeiro, questão pertinente à EXECUÇÃO do contrato e não à exclusão do certame. O mesmo se diz quanto a suposições hipotéticas pertinentes à cobrança de horas não efetivamente trabalhadas, por parte da Recorrida, como forma de aumentar sua margem de lucro.

Argumentos pautados em indicadores de “falta de integridade na condução dos negócios”, desacompanhados de qualquer fundamento normativo e fático, são insuficientes para justificar a exclusão do fornecedor que tenha atendido às condições do Edital.

Há, contudo, que se averiguar a (in)exequibilidade das propostas, quando o licitante vencedor apresenta valores manifestamente incompatíveis com aqueles aferidos pela Administração Pública, frente ao mercado. Nessas situações, é dado ao pregoeiro, inclusive de ofício, promover diligências, **a seu critério**.

A propósito, estabeleceu o Edital em questão, com fundamento na Lei 14.133/21:

*“11.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de **compatibilidade com os preços razoáveis praticados no mercado**, coerente com a execução do objeto ora licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.*

*11.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:*

*11.2.1. Contiver vícios insanáveis;*

*11.2.2. Apresentar desconformidade com qualquer exigência deste Edital e seus anexos.*

*11.2.3. Apresentar **preços inexequíveis** ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;*

**11.3.** Se houver *indícios* de que a proposta apresentada seja inexecutável, o pregoeiro determinará ao licitante que comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**11.3.1.** Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade.

**11.3.2.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

**11.3.3.** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**11.4.** A adequação da proposta na forma dos itens anteriores **não poderá acarretar majoração de seu valor global."**

Nesse sentir, sendo do entendimento do Pregoeiro, é-lhe permitido solicitar justificativas ao Licitante vencedor para que esclareça e declare, sob sua responsabilidade, sua composição de custos de forma analítica, o que lhe vincula, inclusive, para fins de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro.

#### **V – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, recomenda-se como condição ao acolhimento ou rejeição do Recurso, e se houver indícios concretos de inexecutabilidade da proposta, a critério do Pregoeiro, seja antecedido da análise contábil e analítica.

Pato Branco, 25 de janeiro de 2024.

**Maria Cecília Soares Vannucchi**  
OAB/PR 35.313